

A eleição do ódio, o avanço da AfD e os limites da tolerância democrática



» ILANA TROMBKA
Diretora-Geral do Senado Federal; PhD em administração de empresas, professora de pós-graduação em administração pública do IDP

» MAURICIO TROMBKA AYRES DA FONSECA
Advogado, bacharel em direito pelo IDP, pós-graduando em processo civil pela mesma instituição

Vivemos um período em que as democracias passam por turbulências, nem sempre inesperadas. Estima-se que apenas 28% da população mundial vive em Estados democráticos, e até estes não estão longe das amarras autoritárias. A Alemanha, por exemplo, está mais próxima do que se deseja de um regime de ódio. Nas eleições estaduais de 6 de setembro deste ano, o partido extremista AfD, que foi classificado pelo Verfassungsschutz estadual desde 2023 como organização de extrema-direita, que representa posições nacionalistas e ressentimento contra estrangeiros, conquistou, na Saxônia-Anhalt, 39 das 83 cadeiras do Parlamento estadual. Foi uma vitória marcante. Apesar de não deter imediatamente maioria absoluta para governar, o partido precisa de mais três cadeiras para formar seu primeiro comando estadual.

O estado de Saxônia-Anhalt tem 2,1 milhões de habitantes, é a região com menor renda per capita do país, além de ter uma taxa de desemprego superior à média nacional. Em contextos desfavoráveis como o dessa província, a população fica mais suscetível a extremismos, como explica Benjamin Moffitt, o que abre a oportunidade para que líderes populistas — e, muitas vezes, demagogos — apresentem respostas simples para solucionar problemas complexos, atribuindo a questão a um inimigo comum, em vez de reconhecer a complexidade do

problema, gerando o crescimento político destes. O partido, no entanto, é mais do que uma legenda simplesmente crítica à imigração, vem chamando a atenção por apresentarem um padrão de deslocamento dos limites do discurso aceitável sobre o passado nazista alemão.

Em 2017, Björn Höcke, presidente da bancada da AfD no Parlamento estadual da Turíngia desde 2014, referiu-se ao Memorial aos Judeus Mortos da Europa como monumento da vergonha, defendendo uma mudança na política alemã de memória sobre o passado nazista, além de ter utilizado um slogan histórico das SA em uma fala — fato que lhe rendeu uma condenação no Tribunal Regional de Halle. Alexander Gauland, um dos fundadores da AfD, minimizou o período nazista ao afirmar que Hitler e os nazistas foram só um “cocô de pássaro” em uma história milenar de sucesso alemão. E Maximilian Krah, deputado do partido no Bundestag, declarou que nem todos os integrantes da SS eram criminosos.

Além desses episódios, setores da AfD defendem uma concepção étnico-cultural de pertencimento nacional associada à tradição völkisch, que, por sua vez, foi uma das matrizes ideológicas do nazismo. O termo exalta uma compreensão de cidadão e membro da comunidade medida por origem, ascendência e identidade cultural, descartando a “mera” cidadania formal. Frauke Petry, então copresidente da AfD, defendeu que o termo fosse “desestigmatizado” e voltasse a receber uma conotação positiva. Nesse ponto, os ideais do partido deixam de ser justificáveis e se tornam um abrigo para a intolerância e o tratamento desigual entre cidadãos.

A soma da intolerância, do nacionalismo exacerbado, da concepção de um “povo escolhido” e da relativização do passado nazista torna o crescimento do partido AfD especialmente preocupante e pode servir de alerta para a importância da preservação da democracia e de suas instituições.

Todavia, nem tudo está perdido, pois existem formas de deter a intolerância, o preconceito e a

nova onda de autoritarismo. A Alemanha é um dos países mais bem armados nesse sentido, tendo adotado, na sua Lei Fundamental, o ideal da democracia militante apresentado por Karl Loewenstein, segundo o qual a democracia deve adotar mecanismos jurídicos e políticos de autodefesa para preservar a ordem democrática ao se deparar com movimentos que utilizam as próprias liberdades e instituições para destruí-la.

A democracia militante dá a oportunidade para que o próprio sistema combata esse mal, garantindo a prevalência da democracia e da dignidade da pessoa humana, independentemente da vontade da maioria — a mesma que escolheu, há quase um século, o regime nazista. Portanto, cabe às autoridades alemãs utilizar fundamentos legítimos para barrar o avanço autoritário e fazer com que o pleito deste ano não seja o início de um câncer que tem o potencial de se espalhar — novamente — por todo o mundo. Nas palavras do autor: “A democracia deve tornar-se militante”.

A experiência alemã, todavia, não pode ser vista como um problema exclusivo do país. O crescimento paulatino do eleitorado e do discurso defensor do ódio é um alerta global para as democracias. O voto não legitima a discriminação, nem a transforma em igualdade. É necessário combater a intolerância de todos os ângulos. Precisamos educar os cidadãos sobre o passado para que ele nunca se repita, mantendo a memória viva; precisamos de instituições vigilantes, de imprensa livre e de cidadãos dispostos a não normalizar discursos que retirem de determinados grupos sua condição de iguais.

A lição do século passado de Loewenstein permanece atual: a democracia precisa ser cuidada antes que seja tarde demais. Como advertiu o sobrevivente do Holocausto George Legman: “Importante sempre lembrar, lembre-se sempre da democracia, lembre-se sempre do voto, a democracia é que nem uma flor, se você não rega, a flor murcha, se você não cuida da democracia, vai dar no que deu”.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

O deserto da República

Existe um som característico que precede o desmoronamento das Repúblicas. É o mesmo estalo surdo que podemos ouvir quando se aproxima o colapso final de uma construção, momento em que a base e os pilares, por não suportarem mais a sobrecarga, desabam sobre si mesmos, soterrando primeiro os andares de baixo. Nos noticiários, multiplicam-se expressões como a liquefação da República. Falam também em anomia e rumo a uma desobediência civil, como se fossem categorias abstratas de um manual de ciência política. Na realidade, descrevem com precisão desconfortável o retrato em preto e branco de um Estado que se afastou das leis e da ética pública, como se isso fosse possível.

Costume de casa vai à praça

Nos últimos dias, o país assistiu a um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) determinar o afastamento preventivo da cúpula da Polícia Federal, sob a alegação de ter sido alvo de monitoramento sistemático pela própria inteligência policial. Esse monitoramento, segundo o relato do próprio ministro, teria sido encaminhado a um colega de Corte no âmbito de um inquérito em curso. Se verdadeira, a suspeita não é um detalhe: é o retrato acabado de um Estado cuja engrenagem de investigação deixou de mirar o crime para mirar o próprio poder que deveria fiscalizá-lo.

Perda da lógica

A lógica perdeu a própria lógica, e essa é talvez a característica mais desorientadora do momento atual. É certo que o Judiciário acumulou competências muito acima do que previa nossa Carta Magna de 1988. O Legislativo, entre a omissão e reações tardias, observa tudo sem a responsabilidade que lhe é exigida. Não há, na gerência do Estado, uma resposta institucional capaz de reequilibrar o sistema de freios e contrapesos. O que se observa é o “salve-se quem puder” diante de um prédio prestes a ruir. Para o Executivo, a saída mais rápida dessa crise tem sido via instrumentos de exceção, censura e diversionismo. Em uma realidade de normalidade, a reforma do Estado seria a primeira medida; na ausência dela, sobrevive quem acha que possui mais poder.

Liberdade à prova

A liquefação da República é a perda progressiva da legitimidade institucional, transformada em areia líquida a escorrer entre os dedos. A descrença e o desgaste da confiança pública avançam, refletidos em pesquisas com recortes de desaprovação simultânea nos Três Poderes. Cria-se um deserto de incertezas alimentado por miragens enganosas e narrativas sobre golpes de todas as categorias, do clássico uso da força à erosão silenciosa das liberdades.

Anomia institucional

A anomia de que tanto se fala não é a ausência de leis num país marcado pelo excesso regulatório, mas a não observância das normas por aqueles que ocupam o topo da pirâmide. Anomia é a ausência de um sentido comum sobre o que essas leis significam e a quem elas obrigam. É o momento em que as regras deixam de ser bússola e passam a ser arma usada seletivamente. Nesse ambiente, a desobediência civil deixa de ser o gesto extremo de quem esgotou os canais institucionais e passa a ser tentação cotidiana de cidadãos e autoridades que escolhem a leitura da lei que melhor lhes convém.

Excepcionalidades

A última década brasileira consolidou-se como uma sucessão de excepcionalidades: cada crise resolvida com a derrubada de garantias, cada incêndio apagado à custa da estrutura necessária no incêndio seguinte. A operação anticorrupção que se tornou hegemônica fragilizou a política em nome da moralidade; a permanência no poder a qualquer custo fragilizou as instituições em nome da governabilidade; e a resposta judicial a essa fragilização acumulou poderes em nome da defesa democrática. Tratar o excepcional como método impede o retorno ao espaço institucional original.

O mito do salvador

Diante desse quadro, a tentação mais perigosa é esperar por um salvador. A história recente do país é a sucessão de apostas messiânicas: o juiz, o general, o presidente ou o ministro que resolveria o problema sozinho. Cada aposta produziu um alívio temporário e um novo desequilíbrio a corrigir. Uma República recompõe-se pela reconstrução paciente dos mecanismos de controle e pela transparência, trabalho que não rende manchetes imediatas, mas detém o avanço ao deserto.

Nosso papel

Cabe destacar o papel da sociedade civil, da imprensa livre e de instituições como a OAB, universidades e ordens profissionais. Em democracias saudáveis, atuam como amortecedores entre o cidadão e o embate dos Poderes. Quando parte dessas entidades é capturada pela polarização e outra parte assiste paralisada, sobra a elas um papel de mediação emergencial enquanto as instâncias constituídas redefinem a própria razão de existir.

História de Brasília

Foi aí que a reunião transformou-se numa solenidade usando da palavra o advogado da defesa Newton Antunes, e, a seguir, o promotor Sebastião Barbosa. Foi uma solenidade de grande civismo. (Publicada em 26/5/1962)

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Entre o sarampo e o HIV, o recuo da proteção pública



» ÁLVARO MADEIRA NETO
Médico sanitarista e gestor em saúde; vice-presidente da Associação Médica Cearense. É mestre e doutorando em administração pela EAESP/FGV

O sarampo não volta como quem reaparece, intacto, depois de longa ausência. Ele procura passagem. Em São Paulo, 30 casos confirmados em 2026 bastaram para expor uma verdade incômoda: doenças eliminadas não permanecem vencidas por decreto. Dependem de uma infraestrutura cotidiana de proteção, vacina disponível, vigilância alerta, equipes capazes de buscar quem ficou para trás e confiança pública cultivada antes da emergência.

Os dados preliminares do Estado registram cobertura de 89,35% na primeira dose da tríplice viral e de 74,64% na segunda, abaixo da meta de 95%. Como o ano ainda está em curso, esses percentuais não equivalem ao fechamento anual; ainda assim, o intervalo de 14 pontos entre as doses acende um sinal conhecido. A imunidade coletiva não se rompe apenas nas grandes médias. Ela se desfaz em bolsões, e uma média estadual pode ocultar quarteirões inteiros de suscetibilidade: no bairro em que a sala de vacina fecha cedo, na família que muda de endereço e some do cadastro, na criança cuja segunda dose não foi lembrada, no trabalhador que não pode perder o dia.

É cômodo atribuir tudo à desinformação. Ela existe e prospera quando a dúvida é explorada como negócio e identidade política. Mas

transformar cada não vacinado em culpado individual absolve a organização do cuidado. Há barreiras de horário, transporte, renda, registro e acolhimento. Há campanhas que falam muito e escutam pouco. A hesitação também cresce quando o Estado aparece apenas para convocar, nunca para permanecer. A proteção coletiva depende menos do brilho da campanha do que da regularidade silenciosa do serviço.

O alerta internacional sobre o HIV ilumina a mesma engrenagem por outro ângulo. Não se devem confundir doenças, formas de transmissão ou respostas sanitárias. Mas ambas revelam o preço da descontinuidade. Em 2025, 1,2 milhão de pessoas adquiriram HIV no mundo; na América Latina, as novas infecções cresceram 25% desde 2010; e o financiamento externo para programas de HIV caiu 18% em um ano. Quando prevenção, tratamento e organizações comunitárias perdem recursos, o vírus encontra o espaço deixado pela política pública.

O Brasil exige leitura mais cuidadosa. Os registros de HIV passaram de 38.222, em 2023, para 39.216, em 2024. Notificação, porém, não é sinônimo perfeito de incidência: pode refletir transmissão, ampliação da testagem e recomposição dos serviços. A cidade de São Paulo oferece uma contraprova poderosa. As novas notificações caíram de 3.761, em 2016, para 1.662, em 2025, enquanto cerca de 80 mil pessoas estavam cadastradas para usar Profilaxia Pré-Exposição (PrEP). Não foi milagre farmacológico. Foi arquitetura pública: prevenção combinada, testagem acessível, tratamento oportuno, vigilância orientada por dados e presença junto a populações historicamente afastadas do cuidado.

O sarampo expõe a geografia das brechas; o

HIV, a política da continuidade. Ambos ensinam que campanhas são necessárias, mas insuficientes. Sistemas de saúde não se sustentam em espasmos de mobilização nem no heroísmo de profissionais condenados ao improviso. Precisam de memória operacional, estoques seguros, laboratórios ágeis, informação interoperável e atenção primária capaz de reconhecer o território não como mapa, mas como vida concreta.

São Paulo deveria instituir, por 90 dias, um comando territorial de imunidade: localizar microáreas abaixo da meta, buscar faltosos nominalmente, vacinar em escolas, terminais, locais de trabalho e fins de semana, medir a perda entre a primeira e a segunda dose e publicar resultados por território. Diante de cada suspeita de sarampo, notificação em até 24 horas, investigação imediata, rastreamento de contatos e bloqueio vacinal em até 72 horas. Para o HIV, é preciso blindar preservativos, PrEP, Profilaxia Pós-Exposição (PEP), autotestes, terapia antirretroviral e financiamento comunitário, com prioridade onde o estigma e a desigualdade ainda organizam o risco.

À imprensa cabe evitar duas armadilhas: naturalizar o “retorno” e moralizar o comportamento. Epidemias não são castigos nem acidentes exteriores à sociedade. Elas revelam como distribuímos proteção, tempo, informação e futuro.

O Brasil não carece de conhecimento técnico. Falha, por vezes, em transformar conhecimento em rotina, direito em presença e campanha em política de Estado. Conquistas sanitárias não são troféus guardados no passado. São pactos vivos. Quando deixamos de renová-los, a doença não volta sozinha: encontra o caminho que nós deixamos aberto.